

Débitos não pagos sobem para US\$ 2,835 bilhões

por Márcio Chaer
de Brasília

O diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, revelou ontem na CPI da Câmara dos Deputados que apura a dívida externa brasileira que subiu para US\$ 2,835 bilhões a dívida vencida e não paga até 30 de setembro. E chamou isso de "atraso consentido" pelos credores, o que não caracteriza estado de moratória. Serrano disse não saber quanto o Brasil tem a pagar ainda neste ano, mas revelou que o País precisará até o final de 1983 de US\$ 3,8 bilhões além do que estava programado, para fechar o balanço de pagamentos.

Segundo ele, para 1984 serão necessários outros US\$ 5,2 bilhões adicionais para fechar o balanço de pagamentos. Na soma do que resta para este ano e o ano que vem, portanto, são necessários recursos adicionais — também chamados de "dinheiro novo" — de US\$ 9 bilhões. Esse dinheiro está sendo negociado em duas grandes parcelas: uma de US\$ 6,5 bilhões com os bancos privados internacionais e outra de US\$ 2,5 bilhões com os governos de diversos países no financiamento de suas exportações para o Brasil.

O depoimento de Serrano na CPI se prolongou por seis horas, a maior parte dedicada a responder a

perguntas dos deputados. O interesse predominante centrou-se nas altas taxas de juros do mercado internacional — que Serrano previu deverão ficar em torno de 10,5% até o final do próximo ano — e na formação de um clube de devedores.

Serrano admitiu que "já se começa a buscar um senso comum entre os países", mas que descreve "de um cartel de devedores" por haver uma "dificuldade prática em se unir as dificuldades individuais e diferenciadas dos países".

Serrano revelou que o volume total de recursos que o País está negociando com os credores para o restante de 1983 e todo o ano que vem soma US\$ 25,5 bilhões, mas que a dívida externa global registrada do Brasil só crescerá 10,4% neste ano, atingindo US\$ 91,9 bilhões, e 9,7% no ano que vem, quando atingirá US\$ 100,8 bilhões, diante de um crescimento de 15,8% registrado no ano passado. Segundo Serrano, haverá, por outro lado, ao final deste ano, uma "redução substancial" no saldo da dívida não registrada (curto prazo, devido principalmente ao pagamento dos empréstimos-ponte de bancos comerciais e operações especiais do Banco para Compensações Internacionais (BIS) e do Tesouro norte-americano).